



MARIAGE
BONITAT
HYS

Oeiras Romana

A Compreensível Convivência

Fotos de:
Guilherme Cardoso

Estela de Maria Búcia (pormenor).

A proximidade de Lisboa e a correspondente proximidade, em tempo de Romanos, de tão importante porto como o era *Olisipo* justificavam cabalmente que, em primórdios do século XXI, nada houvesse mais para dizer em relação ao que se conhece acerca dos vestígios deixados pelo povo romano, há mais de dois milénios atrás, no território que é, hoje, o concelho de Oeiras.

Aliás, se se considera bem plausível a hipótese de o topónimo derivar do adjectivo *aurarias*, «áureas», «portadoras de ouro», a qualificar, mui provavelmente, as areias do seu litoral, fácil se compreenderá também que esse espaço terá sido cobiçada presa de muita gente. De resto, até o interior seria fértil, pois sabemos da excelente qualidade dos terrenos quer para a produção cerealífera (bem expressiva até à década de 50 do séc. XX, em que o surto urbanístico se tornou avassalador e a construção civil a actividade mais compensatória) quer para a vitivinicultura – e aí estão as iniciativas do Marquês de Pombal a retomar essa tradição vetusta e milenar.

Contudo, ao folhearmos os livros que tratam do «Portugal romano», Oeiras parece ocupar, apesar disso, um lugar secundário de mais, ainda que os poucos indícios existentes deixem suspeitar que o panorama deveria ter sido muito mais 'aliciante' do que aquele que se conhece. Interrogar-nos-emos, pois, se, perante três testemunhos sobre os quais nos vamos demorar um pouco mais, essa suspeição tem razão de ser. Antes, porém, relanceemos o olhar sobre duas das publicações mais significativas acerca desta temática, a fim de – com esses dados – melhor podermos reflectir.

1. Dois textos sobre os Romanos em Oeiras

1.1 - Publicou a editora Aris & Phillips, de Warminster, com data de 1988, o livro *Roman Portugal*, da autoria de J. de Alarcão. Fruto de mui laboriosa pesquisa, efectuada ao longo de vários anos, a obra constitui completo repositório do que, até à data, se sabia acerca dos vestígios romanos (ou como tais) identificados em todo o território nacional.

No que concerne ao concelho de Oeiras – referido na p. 123 do fascículo 2 do volume II (*Inventário*) – são sete as ‘entradas’:

1.^a Sob o n.º 5/267, «vestígios romanos não especificados» em Leião (Barcarena), com base na *Informação Arqueológica* 4, 1981, p. 28.

2.^a Sob o n.º 5/268, a inscrição do soldado, proveniente de Laveiras, citando-se como fonte Bandeira Ferreira, 1960, págs. 111-117. A ela mais adiante pormenorizadamente vamos aludir.

3.^a Sob o n.º 5/270, cita que Machado (1964, p. 172) dá conta de «uma inscrição cujo texto não é comunicado».

4.^a Sob o n.º 5/271, da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, baseando-se em Correia (1972, p. 273), anota: «Inscrições funerárias, CIL II 266 e 270, mosaicos, cerâmica doméstica, pesos de tear».

5.^a O mesmo Correia (*ibidem*) refere a existência de uma necrópole na ‘Quinta do Costa’, cuja localização J. de Alarcão não conseguiu concretizar.

6.^a Com a indicação, aparentemente vaga, de «Sol Avesso», J. Alarcão sintetiza: «três sepulturas, uma das quais continha uma lucerna».

Indica-se, no final desta nota, a bibliografia atrás citada só por nome de autor e vamos deixar para mais adiante o comentário aos dados expostos, ainda que importe desde já fazer uma reflexão: a forma incompleta como, frequentemente, são dados a conhecer os vestígios arqueológicos dificulta enormemente quem, como foi o caso de J. de Alarcão, teve por objectivo elaborar uma síntese o mais exhaustiva possível dos conhecimentos adquiridos. Em segundo lugar – e é reflexão não menos importante – só a existência de uma proposta de síntese é que permite partir, depois, para nova síntese, mais esclarecida e esclarecedora: há que sublinhá-lo!

1.2 - O n.º 4 (1993) dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* – revista editada pelo Município local¹ e de que o grande promotor tem sido João Luís Cardoso, actual professor catedrático da Universidade Aberta, cujo campo de pesquisa se situa predominantemente na Pré-história² – constitui a *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*, da responsabilidade de J. L. Cardoso e de Guilherme Cardoso³.

Não valerá a pena enumerarem-se aqueles que, dos 109 sítios inventariados, apresentam, segundo os autores, probabilidade ou certeza de terem vestígios romanos, porque, nas págs. 35-37, se pode ler mui eloquente síntese acerca do tema que nos prende.

Reconhece-se que «o inventário arqueológico referente a este período poderá estar mais

Necrópole de Oeiras

Andando o Sr. Carimiro Lages Mendes, residente em Oeiras, e proceder os trabalhos agrícolas, na uma propriedade da Corta, junto à villa, encontrou grande número de sepulturas com ossadas. Na ideia de que ~~as~~ o castro e outras sepulturas teriam alguma importância arqueológica, communiquei-me o achado ~~do Sr. Mendes~~, no ~~pre~~ - pouco tempo, e pe supor que as outras fizesse de Litos. Reservou-me ainda as quatro sepulturas ^{estata} ~~que~~ foram exploradas na minha presença nos dias 24 de Nov. e 1 de Dez. de 1901, e guardou-me tudo o que na, outras ^{três} ~~três~~ ^{estata} ~~estata~~ ^{vista}

Pormenor do manuscrito de anotações de José Leite de Vasconcelos sobre a Necrópole de Oeiras.

incompleto do que o relativo aos períodos ou épocas anteriores, dada a possibilidade de a maioria das estações jazer sob os povoados mais antigos do concelho». Citam-se alguns nessas circunstâncias: de Linda-a-Pastora, das imediações do cemitério de Oeiras... acrescentando-se que tal hipótese se considera «reforçada» por, sob a vila, se encontrar uma villa romana: «Os seus vestígios não se resumem ao conhecido mosaico; outras estruturas poderão um dia ser reveladas em toda a zona envolvente». Esclarece-se (ainda que não expressamente) que a necrópole da Quinta do Costa (a que atrás se aludiu, citando J. de Alarcão) se situa na «Junção do Bem», ou seja, no extremo sul da estrada que, de junto dos Paços do Concelho, sai em direcção a Porto Salvo. Num muro da mesma zona se terá recolhido – hoje aproveitada no fontanário do Jardim Municipal, situado sensivelmente sob a ponte do caminho-de-ferro... – uma cabeça de mármore, de que se não apresenta ilustração nem tentativa de identificação; contudo, no vol. 9 (2000) dos *Estudo Arqueológicos de Oeiras*, p. 170, está essa cabeça reproduzida em excelente foto (fig. 123): o mármore afigura-se, na verdade, pela aparente fina textura, ser estranho ao que

¹ O n.º 1 data de 1991, o n.º 12 de 2004.

² Para além da substancial e incessante pesquisa sobre o castro de Leceia, bem conhecida através de inúmeras publicações, registre-se a útil – para investigadores, estudantes e, até, para o grande público – obra intitulada *Pré-história de Portugal* (Editorial Verbo, Lisboa, 2002), de 456 densas páginas, bem ilustradas, provida de um índice assaz significativo e assinalando a bibliografia mais actualizada sobre o tema.

³ Em 2000 (pp. 161-179), J. L. Cardoso apresenta nova síntese sobre o que se conhece do período romano e alto-medieval em Oeiras.

se conhece do território nacional (mais cristalino que o branco de Estremoz/Vila Viçosa, por exemplo) e dá impressão de estarmos perante a representação de uma personagem do universo dionisíaco, provavelmente um Pã⁴.

Outro achado romano proveniente de Oeiras é o de uma figura de criança, de bronze, «com 6 cm de altura, conservada no Museu Nacional de Arqueologia». Trata-se da representação de um «eros», um Cupido, que A. J. N. Pinto (2002, n.º 27 pp. 156-157) estuda em pormenor: «Eros nu, de pé, apoiado na perna direita; a esquerda, recuada, com o calcanhar elevado, como consequência da flexão do joelho», escreve nomeadamente, indicando como n.º de inventário no museu 17 885. «Os braços, dobrados pelo cotovelo, e as mãos retêm um pombo de asas abertas, aninhado ao peito da criança, num movimento natural e bem traduzido» (*ibidem*).

E, depois de se indicarem prováveis testemunhos da zona de Caxias-Laveiras, donde provêm as epígrafes de que adiante se fará mais aturada observação, salienta-se quão importante deverá ter sido a agricultura na época romana, «como transparece pela concentração de vestígios ao longo da ribeira da Lage», a que se faz sumária referência a seguir. «A presença de estuques pintados» numa *villa* a nascente de Talaíde indicia «a *domus* de rico proprietário». Explicita-se que os Romanos terão preferido os «solos argilo-margosos do Cretácico» aos «férteis terrenos basálticos», o que não deixa de constituir séria advertência para quem, ao estudar o povoamento romano, dê maior saliência aos solos ditos de classe A, partindo do princípio de que seriam, já na altura, os mais cobichados e aproveitados na prática agrícola. Tal, em meu entender, não terá acontecido tão linearmente, como o comprovam casos actuais – de até meados do século XX – em que todos os terrenos eram cultivados, independentemente da sua categoria e esta não influenciava a distribuição da população pelo território.

A síntese de João Luís Cardoso e Guilherme Cardoso termina pela referência à natural actividade piscatória, dada a existência de «praias e pequenas enseadas, na confluência de cursos de água», não enjeitando a possibilidade de elas poderem ter constituído «locais propícios ao estabelecimento de pequenas fábricas de salga de pescado, hoje impossíveis de localizar devido às profundas alterações antrópicas operadas na linha de costa», uma «hipótese reforçada» pelos recentes achados em Lisboa⁵ e em Cascais⁶.

Ainda que o título sugira que o tema a tratar é apenas o da «ocupação agrária», o artigo de G. Cardoso e J. L. Cardoso (2005) constitui, sem dúvida, a mais recente síntese acerca do que do território oeirense se conhece no que respeita ao período romano – e para ele se remete o leitor mais interessado. Gostaríamos, porém, de – com base nesses estudos – aproveitarmos o ensejo para tornar mais claras algumas das referências de *Roman Portugal*.

Assim:

– Quanto à 1.^a, dir-se-á que a *Informação Arqueológica* transcreve uma síntese apresentada no *Jornal da Costa do Sol* de 11-11-1981 (da responsabilidade de G. Cardoso) acerca do que então se conhecia dos vestígios arqueológicos em Oeiras. O que aí se diz sobre



Eros nú, em bronze
(Museu Nacional de Arqueologia).

⁴ O monumento não consta do catálogo da escultura romana do território português elaborado por Vasco de Souza (1990). A proposta de identificação que apresento foi-me sugerida pelo Doutor Luís Jorge Gonçalves, que também não conhecia a peça.

⁵ Consulte-se, a título de exemplo, AMARO, 1994.

⁶ Veja-se CABRAL e CARDOSO, 1996.

⁷ Cfr. ENCARNAÇÃO, 2001/2002, pp. 405-406.

⁸ Cfr. ENCARNAÇÃO, 1998, p. 75.

Leião deve entender-se como sendo o n.º 28 da *Carta Arqueológica* (p. 53): «Achados de superfície e vestígios de estruturas de uma *villa rustica*, com materiais cerâmicos e restos de estuques pintados».

– Acerca da inscrição «cujo texto não é comunicado» (n.º 5/270), estamos, seguramente, perante a solene placa do *aquilifer* ali citada sob o n.º 5/268, pois sabemos que foi depositada no Museu Nacional de Arqueologia em 1963, depois de vários apelos visando a sua preservação⁷. De resto, essa é também a inscrição publicada por Emílio Hübner (CIL II 266), a que de seguida se faz referência sob o n.º 5/271.

– No que concerne à 4.ª referência, sob o n.º 5/271, há, para além da anterior, outras clarificações a ter em conta. Como já J. L. Cardoso e G. Cardoso anotaram (1993, n.º 35), o Outeiro a que Vergílio Correia se refere no seu artigo de 1913 é Outeiro de Polima, no concelho de Cascais, aldeia sobranceira à *villa* romana de Freiria; de resto, foram as diligências de Guilherme Cardoso para identificar a sepultura descrita por aquele arqueólogo que levaram, como se sabe, à identificação da *villa* romana de Freiria, que fica no vale a norte da povoação. Por conseguinte, «mosaicos, cerâmica doméstica, pesos de tear» devem atribuir-se a Outeiro. Perdeu-se a inscrição CIL II 270 = CIL II 5009: «o epitáfio de Antónia Amena, dedicado por seu pai, António Ameno (como se aponta numa das versões) ou pela filha, Arethusa»⁸. De acordo com J. L. Cardoso e G. Cardoso (1993, n.º 59) tanto essa epígrafe como as que têm os números CIL II 5011 e 5016 provêm do cemitério sito na Junção do Bem, ou seja, a Quinta do Costa, que J. de Alarcão refere sem localizar – e assim se rectifica a 5.ª referência de *Roman Portugal*.

Vem, por último, o cemitério do «Sol Averso», com base num artigo de José Luís de Matos (1969). Localizam-no com precisão os citados investigadores (1993, n.º 45): na Rua de S. Sebastião do chamado Bairro de Autoconstrução de Porto Salvo (hoje, pertencente mesmo a essa novel freguesia, de Porto Salvo) e esclarecem que





O mosaico romano na época da sua descoberta, em 1903 (Foto Museu Nacional de Arqueologia).



Mosaico romano de Oeiras (Rua das Alcáçimas, n.º 38). Desenho publicado por José Leite de Vasconcelos (1916).

⁹ O referido estudo é muito exaustivo e vem sobejamente decorado com boas fotografias e desenhos de conjunto e de pormenor, inclusive a cores. A *Carta Arqueológica* de 1993 traz fotografia a preto e branco (fig. 27, n.º 4 - p. 81) e, sob o n.º 62 (p. 82), refere toda a bibliografia então conhecida sobre o monumento.

se trata de uma necrópole de inumação, com sepulturas estruturadas, «das quais se escavaram três», donde se exumaram, entre outros objectos, «uma lucerna muito erodida, especialmente no disco» (dela se apresenta desenho na fig. 23, p. 73) e «uma taça de *terra sigillata* clara C».

A simples leitura do que atrás se escreveu dá conta de como, apesar de tudo, talvez não seja despiendo pensar-se em nova reestruturação dos dados de que dispomos em relação aos vestígios romanos no território de Oeiras. Há referências vagas, incompletas, repetidas... Outra cuidada reflexão virá permitir, seguramente, completar as clarificações a que, a título de exemplo, ora procedemos, simplesmente para mostrar que tanto 1988 (data da publicação de *Roman Portugal*) como 1993 (ano em que veio a lume a *Carta Arqueológica*) parecem, afinal, já bem longínquos em relação ao que, de então para cá, se logrou investigar. Nós próprios tentámos, em 1998, obter dados precisos em relação às epígrafes romanas atribuídas ao território (seis no total, se não erramos); mas outros materiais romanos restarão ainda por identificar e, assim, possibilitar visão mais completa acerca desse período da história oeirense.

2. O mosaico

Longe de mim a ideia de glosar o que, eficazmente, três arqueólogos (GOMES, CARDOSO e ANDRÉ, 1996) escreveram sobre um dos monumentos romanos mais significativos de Oeiras: o mosaico identificado na Rua das Alcáçimas (ou Alcássimas) em pleno coração da vila⁹. Ainda que conhecido desde 1903, só agora, porém, após a aquisição, por parte do Município local, a 25 de Julho de 1991, do imóvel sob o qual jaz, é que o mosaico foi exaustivamente estudado por uma equipa pluridisciplinar, que lhe realçou o devido valor.

Concluiu-se que deveria ter revestido o pavimento de um «compartimento nobre» da casa senhorial, mui

possivelmente o *triclinium*, ou seja, a sala de jantar. A riqueza simbólica da iconografia «sugere temática dionisíaca, com funções apotropaicas e profilácticas, também ligada à *virtus* do proprietário da *villa*» (p. 392).

Datável dos finais do século II ou inícios do século III, tem paralelo, por exemplo, em motivos decorativos da “Casa dos Repuxos” de Conímbriga (p. 404) e a localização da *villa* «em encosta suave e de boa exposição ao sol, de solos calcários, perto do estuário e dominando fértil várzea», para além de se integrar nas características das casas romanas da região (p. 404), é sinal evidente de quanto o senhor que a mandou construir estava bem consciente do que, nesse domínio, havia que privilegiar.

Testemunha, pois, este mosaico – como parte integrante de uma casa que, pela amostra, deveria ser sumptuosa também – que estamos perante uma família, certamente não singular, que detém riqueza e dela sabe usufruir, demonstrando, para além disso, uma cultura acima da média.

3. A estela de Mária Búcia

A estela encontrada, em Outubro de 1992, no Alto da Peça de Vinagre, Cacilhas¹⁰, veio mostrar-nos, por seu turno, uma outra realidade, que justifica, aliás, o título escolhido para esta nota: «a compreensível convivência».

Sempre os investigadores têm acentuado a continuidade de ocupação deste território desde os tempos pré-históricos, ideia que pressupõe uma verificação no terreno: há aqui vestígios da presença efectiva do Homem ao longo de todos os tempos! Isto é: quando os Romanos aqui aportaram, encontraram, sem dúvida, uma população indígena bem enraizada. E havia dois processos: ou se criavam laços de convivência (que, de resto, haveria lugar para todos!) ou se pegava em armas e se destruíam uns para que vingassem outros. Aqui, optou-se por estabelecer laços de convivência.

E é curioso verificar como uma simples lápida funerária, onde apenas se diz «Aqui jaz Mária Búcia, filha de Gaio», é dessa convivência um testemunho eloquente.

Primeiro, está redigida num latim correctíssimo e numa linguagem epigráfica a demonstrar que o artífice (o lapicida) conhecia as regras:

MARIA • G • F •
BOVTIA •
• H • S •

Alinharam-se à esquerda as duas primeiras linhas e chegou-se à direita a última, recorrendo-se à pontuação em forma de estrela de três pontas (ou de γ) para emprestar ao conjunto maior graciosidade. O traço é fino a denotar uma paginação prévia, eventualmente com o recurso a muito ténues linhas de pauta. Notem-se: a perfeita circularidade do O; o cuidado posto na



Estela de Maria Búcia.

¹⁰ O estudo epigráfico do monumento foi feito por Guilherme Cardoso (1995). Daí foi transcrito para os dois mais importantes corpora epigráficos existentes: *L'Année Épigraphique, de Paris* (1995, n.º 728) e *Hispania Epigraphica, de Madrid* (6, 1996, n.º 1058). Fora, entretanto, já referido, na citada *Carta Arqueológica* de 1993, sob o n.º 55, com foto da epígrafe e de um instantâneo «da remoção do monumento em Dezembro de 1992» (p. 78 e 79).

gravação do R; o requinte do G feito a partir de um C a que se juntou o traço oblíquo no final; a vontade de simetria no H e no S; o B assimétrico, como era de uso nesses primórdios do séc. I da nossa era, denotando, aliás, um traçado feito à mão, a contrastar com o O que se lhe segue; a suavidade com que se gravaram as barras horizontais do A e do R.... Na linha 2, parece que, ao gravar a barra do T, o lapicida se terá distraído e a alongou de mais e para baixo; na revista *L'Année Épigraphique* escreve-se mesmo: «O lapicida gravou *Boupia* e não *Boutia*, a crer nas fotos». É verdade: as fotografias dão essa impressão: trata-se, porém, de uma fissura natural da superfície.

A fórmula final 'clássica' é *H(ic) S(ita) E(st)*; ou seja, além do participio passado a fazer de adjectivo, escreve-se a forma verbal «é», com o significado de «está». Nós, em vez de um estranho 'aqui está situada' – que era tradução à letra – preferimos o bem português «aqui jaz». Ora, a omissão da forma verbal indicia já um perfeito conhecimento da língua latina, porque, na verdade, facilmente se subentende.

Usam-se siglas e abreviaturas nos textos epigráficos latinos, tal como acontece nos letreros da actualidade (e – ainda mais! – nos *sms* dos telemóveis!...). Uma forma de poupar tempo, dinheiro e espaço, ao serviço também de uma estética que o canteiro nunca menosprezaria. Pois neste caso as siglas estão usadas segundo todas as regras e resistiu à tentação de gravar por extenso a fórmula final, que caberia bem na linha e até daria – se quisermos – um outro aspecto estético ao conjunto. Preferiu mostrar que estava bem dentro do contexto. O mesmo sucedeu na primeira linha, onde indicou, como era de uso, a filiação: em sigla – *G(aii) F(ilia)*.

Identifica-se a defunta de acordo com as regras latinas: o nome de família, *Maria*, que em linguagem epigráfica designamos por *nomen* (gentílico), seguido da filiação e do *cognomen*, o seu nome individualizante: *Boutia*. E é neste modo de identificação



que reside fundamentalmente o argumento em que nos baseamos para falar de convivência. É que se o gentílico adoptado¹¹ é perfeitamente latino, relacionável mui provavelmente com o mar (Búcia nascera por ali, à vista do Atlântico e do Tejo, a família decerto também...), o *cognomen* radica na mais pura tradição pré-romana, quase nos atreveríamos a designá-la de “lusitana”, dado que a distribuição dos testemunhos desse nome encontrados até ao momento ocupa largamente o território da antiga Lusitânia¹². Por conseguinte, o “casamento” entre a onomástica local – a identificar a pessoa – e a onomástica latina, a identificar a família, como que a incorporar a indígena, sem mais, no esquema antroponímico romano.

Mas há mais, para além deste já de si bem importante elemento: é que a tipologia da estela, alta de 154 cm, com 35 a 39 cm de largura e 27 de espessura, e de topo arredondado, é indício de uma forma ‘importada’ da Península Itálica, onde este tipo de monumentos é vulgar. Tanto mais que, no quadro superior, está esculpido em baixo-relevo, por rebaixamento da superfície, um nicho com moldura de dois toros, a enquadrar uma corola octopétala de fino recorte: há o núcleo central circular (dos estames, diríamos) e as pétalas ostentam ‘nervura’ a meio. Um tipo de decoração nada usual na Lusitânia, a denotar, consequentemente, influências itálicas.

E aqui está como um singelíssimo monumento de lioz local constitui eloquente testemunho de uma aculturação singular.

4. A última morada do aquilífero

Já se teve ensejo de salientar a importância da grande placa de que o *Diário Ilustrado*, na sua edição de 18 de Julho de 1962, dava conta, ao noticiar que estava «esquecida no cunhal de uma casa modesta situada na Calçada de Laveiras, em Caxias», considerando-a, desde logo, «do maior interesse histórico», ao mesmo tempo que alertava: «A memória de um lusitano que foi figura de destaque nas legiões romanas está em risco de perder-se».

Depois de contingências várias (cf. ENCARNAÇÃO 2002), essa ampla placa, sem molduração nem campo epigráfico delimitado, com 73 cm de altura, 118 de largura e 57 de espessura, apresentando-se em cunha na parte superior, pois servira de elemento arquitectónico, a embutir em jazigo, deu entrada, como atrás se disse, no Museu Nacional de Arqueologia.

Houve quem cedeu à tentação de proceder ao avivamento do letreiro, de modo que se tornaram pouco compreensíveis algumas das palavras. Tais acrescentos ficaram mais visíveis a nível dos sinais de pontuação – talvez só a esse nível –, primitivamente quiçá heras, que os curiosos transformaram em pequena cruz quadrada e num sol radiado, na linha 2, numa corola hexapétala inscrita num círculo e num círculo com uma espécie de estrela de cinco pontas, na linha 3.

O texto latino – já desdobradas siglas e abreviaturas – reza o seguinte:

[...] FLAVIVS · M(arcí) · F(ilius) · GAL(eria tribu)·
QVADRATVS
AQVILIFER · LEG(ionis) · II (secundae) · SE VIVO
MVNIMENTVM · FECIT HIC
MVNIMENTVS [sic] · CVM · MVNITIONI(bus)
[ET] TRICILA [sic] · HER(redem) NON SE[quetur]

O que, vertido para português, significa:
(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria,

¹¹ Donde terão vindo as nossas formas Mário, no masculino, e Maria, ainda que usados agora como nomes individualizantes, enquanto em latim eram o que designaríamos hoje de apelidos familiares.

¹² Cf. mapa da pág. 118 do *Atlas* elaborado pelo Grupo Mérida (2003) e também ABASCAL, 1994, pp. 303-304, que afirmava, então, expressamente: «*Boutius/a* ocupa o 20º lugar na frequência de *cognomina* na Hispânia (83 testemunhos) e é o quarto nome indígena na mesma série».

aquilífero da II Legião, em vida fez o monumento. Este monumento com munições e caramanchão não passam ao herdeiro.

Para melhor se compreender o interesse cultural deste – aparentemente singelo – monumento, atentemos nalgumas das frases nele inscritas:

1: «Em vida fez o monumento».

Erigir um túmulo em vida tem as suas vantagens, mas também não é menos verdade que as crenças supersticiosas olham com desconfiança um túmulo mandado edificar antes do tempo.

Trata-se, pois, de atitude invulgar, própria de quem já detém certa cultura e habituado a viver num ambiente urbano.

2: «Fez este monumento».

Monumentum terá, sobretudo, uma conotação arquitectónica: é o edifício construído – e o papel determinante de *Quadratus* nessa construção encontra-se bem patente no uso, por extenso, da forma verbal *fecit*, «fez», como se ele próprio, com o seu labor, tivesse contribuído para tal. Se isso não aconteceu – e poderia, na verdade, ter acontecido – o certo é que revela um empenhamento pessoal profundo.

3: «Com munições e caramanchão».

Munitiones é termo que se adequa bem ao contexto militar do proprietário, pois que significa os muros de defesa; *trichila* é o caramanchão.

Quadratus concebe o seu sepulcro como um reduto defensivo, onde calmamente deseja repousar, na sombra fresca de um caramanchão ou de uma latada, não sendo inverosímil que lá tivesse mandado plantar videira para de seus bagos de uva se inebriar no Além!...

4: «Não passam ao herdeiro».

Merece reflexão esta disposição testamentária. Ela significa que estamos perante um sepulcro familiar – em contraposição aos *sepulchra hereditaria* – e visava «garantir a reserva de inumação aos membros da família»¹³.

5: «(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião».

Flavius Quadratus serviu na Germânia ou na Bretanha integrado na II Legião Augusta, tendo sido recrutado em *Olisipo* na época júlia, como o indicam o seu desejo de ser enterrado na Lusitânia e o seu posto de aquilífero, ou seja, o que levava o ‘estandarte’ com a águia, símbolo da legião.

Quanto se sabe, a epígrafe de Laveiras constitui, até ao momento, o único testemunho garantido da existência de um *aquilifer* em terras peninsulares. Um *aquilifer* que empregou no seu túmulo parte do pecúlio que lograra amealhar, na heróica defesa intransigente do símbolo maior que lhe fora confiado pelo legado imperial. Em terras sadias, Tejo à vista, o largo Oceano ao fundo, ali desejou fixar o início de uma longa viagem, em recordação das que fizera por outros mares e outras vias... Desta feita, uma viagem sem regresso. Sem águias à vista de terra ou na proa doutra galera. Mas sempre era bom ver o mar!...

Não admira esta vontade de ser sepultado aqui. Além de ser natural que, terminado o serviço, o legionário volte para a sua terra natal, a região terá sido, já nessa longínqua era, um forte pólo de atracção populacional, inclusive para veteranos.

Em conclusão

Estamos convictos de que muito há ainda por descobrir, no território hoje oeirense, de vestígios romanos por lá soterrados, nomeadamente sob as construções feitas há mais de 50 anos atrás, quando a sensibilidade ao património era, praticamente, inexistente e a vigilância municipal muito menor.

Contudo, os poucos vestígios a que tivemos ocasião de nos referir provam à saciedade que foi região cedo habitada pelos Romanos, na sequência de povoamento anterior (pré e proto-histórico) e que, também aqui, o princípio de uma elevada convivência pacífica, de mútua aculturação se processou sem atropelos de parte a parte. Por enquanto, nada se sabe das divindades que por aqui se veneraram ou se santuários específicos nele vieram a prosperar. Estamos em crer que, mais tarde ou mais cedo, algo de novo se terá de referir a esse respeito, dadas as vetustas tradições religiosas que ainda na actualidade se mantêm e que radicação – pelo menos algumas delas – em expressões mais antigas.

O mosaico da Rua das Alcágrimas demonstra elevado nível cultural; a estela de Mária Búcia, a precoce aculturação e profundo respeito por aquilo que o *Homem* detém de mais sagrado, o seu nome; o monumento edificado pelo aquilífero o desejo de perpetuar tempos afora uma profunda sensação: «Está-se bem aqui!».

¹³ Pode ver-se, para esta problemática do direito ao sepulcro, MARCOS 1987.

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel, *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Múrcia, 1994.

AE = *L' Année Épigraphique*, Paris.

ALARCÃO, J. de, *Roman Portugal*, Aris & Phillips, Warminster, 1988.

AMARO, Clementino, «A indústria conserveira na Lisboa romana», in ARRUDA, Ana Margarida [coord.], *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1994, pp. 76-79.

Atlas = M. NAVARRO CABALLERO e J. L. RAMÍREZ SÁDABA (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 2003.

BANDEIRA FERREIRA – ver FERREIRA, Fernando Bandeira.

CABRAL, João e CARDOSO, Guilherme, «Escavações arqueológicas junto à torre-porta do Castelo de Cascais», *Arquivo de Cascais* 12 1996 p. 127-145.

CARDOSO, Guilherme e CARDOSO, João Luís, «A ocupação agrária do Concelho de Oeiras na época romana», in BOIÇA, Joaquim [coord.], *VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras – História, Espaço e Património Rural*, Oeiras, 2005, pp. 41-55.

CARDOSO, Guilherme, «Estela funerária de Peça Vinagre (Oeiras) (*Conventus Scallabitanus*)», *Ficheiro Epigráfico* 49, 1995, n.º 222 = AE 1995, 726 = HEp 6 1996 n.º 1060.

CARDOSO, João Luís e CARDOSO, Guilherme, *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*, n.º 4 (1993) dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

CARDOSO, João Luís, *Sítios, Pedras e Homens (Trinta Anos de Arqueologia em Oeiras)*, n.º 9 (2000) dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

CIL II – ver HÜBNER

CORREIA, Vergílio, *Obras, IV – Estudos Arqueológicos*, Coimbra, 1972. Transcreve «Sepultura romana dos arredores de Oeiras», *O Arqueólogo Português*, 18, 1913, pp. 93-95.

ENCARNAÇÃO, José d', «Tempo romano e Alta Idade Média no território oeirense», *1º Ciclo de Estudos Oeirenses – Oeiras, a Terra e os Homens*, Câmara Municipal de Oeiras, 1998, pp. 73-79.

ENCARNAÇÃO, José d', «Túmulo sumptuoso para o *aquilifer Flavius Quadratus* (CIL II 266)», *Aquila Legionis* 2, 2002, pp. 19-32. Publicada também, com algumas alterações e sob o título «Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras)», in *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10, 2001-2002, pp. 405-413.

FERREIRA, Fernando Bandeira, «Varia epigraphica», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 4, 1960, pp. 111-117.

GOMES, Mário Varela, CARDOSO, João Luís e ANDRÉ, Maria Conceição, «O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia», *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 6, 1996, pp. 367-406.

HEp = *Hispania Epigraphica*, Madrid.

HÜBNER, Emílio, *Corpus Inscriptionum Latinarum – II* (= CIL II). Berlim, 1869. Suplemento, 1892. [O número indica o n.º da inscrição no *corpus*].

MACHADO, João L. Saavedra, «Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, 5, 1964, pp. 51-448.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo, «Em torno do “Ius Sepulchri” romano – Alguns aspectos de epigrafia jurídica», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, LXIII, 1987, pp. 153-182.

MATOS, José Luís de, «Cemitério romano de ‘Sol Averso’, Oeiras», *O Arqueólogo Português*, 3, 1969, pp. 191-194.

PINTO, António José Nunes, *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal*, Lisboa, 2002.

SOUZA, Vasco de, *Corpus Signorum Imperii Romani – Portugal*, Coimbra, 1990.